



Pornografia “ataca” Mindelo

Mulheres cabo-verdianas são assediadas
para filmes pornográficos

Centrais

ACTUALIDADE



**Multimilionário
Saudita
quer investir
em Cabo Verde**

Pág. 2

JUSTIÇA

**Novos
procuradores
adjuntos**

Pág. 3

POLÉMICA



Murdeira da discórdia

O que dizem uns e outros.

In Cifráo

O príncipe Al Waleed bin Talal, herdeiro do trono da Arábia Saudita e o quinto homem mais rico do mundo, está interessado em investir em Cabo Verde. O multimilionário aproveitou ontem, quinta-feira, a sua passagem pelo arquipélago no seu jacto particular para, precisamente, abordar as autoridades nacionais sobre as possibilidades de investimento em Cabo Verde. O turismo é, para já, o sector preferido deste que é considerado o segundo homem de negócios mais importante do planeta.



Multimilionário saudita quer investir em Cabo Verde

A visita do príncipe saudita Al Waleed bin Talal a Cabo Verde durou apenas quatro horas, mas foi tempo suficiente para o futuro Rei da Arábia Saudita deixar claras as suas reais intenções. Depois de ser recebido em audiência pelo presidente da República, Pedro Piros (uma conversa de cerca de dez minutos), o quinto homem mais rico do mundo reuniu-se em sessão de trabalho com os ministros da Economia, Crescimento e Competitividade, João Pereira Silva, dos Negócios Estrangeiros, Victor Borges, e com alguns empresários da banca e do sector turístico, aos quais anunciou o seu interesse e disponibilidade em investir em Cabo Verde.

E a escolha deste arquipélago não foi por acaso. “Temos um portefólio de investimentos para todo o continente africano de que Cabo Verde é parte integrante. E nós decidimos juntar Cabo Verde ao nosso portefólio porque aqui existe estabilidade, boas infra-estruturas e um forte potencial para o investimento”, revelou Bin Talal à saída do Palácio da Presidência.

O multimilionário saudita ainda não definiu os sectores em que pensa investir, mas ainda assim levantou a ponta do véu. “Encontrei-me com o presidente da República, com alguns ministros e empresários para encetar contactos e abrir discussão sobre os investimentos em Cabo Verde, em especial no sector hoteleiro. Por enquanto só a indústria hoteleira”, reiterou a Sua Majestade que também deixa em aberto a possibilidade de outros sectores virem a merecer a sua atenção. É o caso da banca, não

fosse já conhecida a intenção do governo em transformar o país numa importante praça financeira a nível internacional. Aliás, também não foi por acaso que três dos quatro empresários que ontem se privaram com o príncipe saudita eram da banca - Miguel Afonso, do BCA, Francisco Simões, da Caixa Económica, Aquilino Camacho, do Banco Cabo-verdiano de Negócios.

O ministro dos Negócios Estrangeiros também não falou de um hipotético investimento do multimilionário na banca. Victor Borges limitou-se a confirmar o interesse de Al Waleed bin Talal no sector do turismo. “A Sua Alteza está interessado em investir no sector turístico. Por isso apresentámo-lhe as grandes linhas de acção do governo neste sector. Ele regressa ainda hoje (quinta-feira) mas certamente que vamos relançar os contactos e levar adiante a sua pretensão”, referiu o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, para quem o futuro rei da Arábia Saudita “é uma pessoa pragmática que quer rapidamente passar à acção, o que corresponde com a intenção do governo em acelerar os investimentos no sector do turismo. Os próximos dias, ou os próximos meses, poderão dizer se se trata de um investimento de aplicação imediata ou não”, afiança Borges.

Antes de regressar ao Sal, onde à hora do fecho desta edição estava prevista uma visita às infra-estruturas turísticas da ilha, o príncipe Al Waleed bin Talal recebeu do presidente da Câmara Municipal da Praia, Felisberto Vieira, a “Chave da Cidade”. O magnata saudita, acompanhado de uma im-

portante delegação, da qual faziam parte jornalistas da televisão e jornais do príncipe, retornou ao Sal no seu jacto particular que o trouxe à cidade da Praia. Na ilha do aeroporto tinha à sua espera o seu Boeing A340 que o vai levar agora a Nova Iorque. A passagem por este arquipélago foi o último percurso de Bin Talal num périplo que o levou a vários países africanos - antes de vir a Cabo Verde passou por Guiné-Bissau e Mali.

O 5º MAIS RICO DO MUNDO

Com 48 anos de idade, e pai de dois filhos, o príncipe saudita Al Waleed bin Talal é o segundo homem de negócios mais influente do mundo (a revista Business Week coloca-o no primeiro lugar) e o quinto mais rico. Segundo a prestigiada revista americana, Forbes, a fortuna de Bin Talal está avaliada em 23,7 biliões de dólares. Colecciona carros de alta gama, viaja em aviões privados e promove festas de arromba em paquetes, com loiças de casa de banho e peças ornamentais em ouro.

Bacharel em Ciências da Arte e mestre em Ciências, o saudita possui empresas em diversas áreas, como hotelaria, jogos, comunicações e informática. Actualmente detém participações em várias companhias de alta tecnologia sediadas nos Estados Unidos, como a Compaq, a Ebay, o Amazon.com e a coreana Kodak. Vendeu recentemente as suas acções do Plaza Hotel de Nova Iorque para adquirir a Savoy Hotel, em Londres, e o Grand de Monte

Carlo, no Mónaco.

Começou a amearhar a sua fortuna trabalhando como agente de companhias estrangeiras na Arábia Saudita, onde vive. E em poucos anos ganhou mais de 50 milhões de dólares que investiu na capital saudita, Riade. Comprou o Banco Comercial da Arábia e criou o grupo Kingdom Investment, que detém empresas nos diferentes ramos.

Entretanto, Bin Talal só ganhou maior visibilidade no mundo quando, após o atentado ao World Trade Center, ofereceu às vítimas cerca de 10 milhões de dólares. Aliás, a face solidária do herdeiro da família real saudita é bem conhecida. Doou mais de dois mil dólares a cada família das 373 vítimas de uma explosão no Cairo, Egipto. Em Janeiro deste ano injectou mais de 30 milhões de dólares da Eurodisney, em Paris, que estava à beira da falência. Calcula-se que, por ano, Bin Talal gasta mais de 100 milhões de dólares em obras de caridade.

Também é conhecido como o “Príncipe das Crianças” dada as suas acções em prol dos mais pequenos, desde que foi nomeado enviado especial da Unicef para o Médio Oriente.

Além de empresário de sucesso, o multimilionário é político e grande activista. É um acérrimo defensor dos direitos da mulher, a ponto de ter contratado a única mulher-piloto árabe para com ele trabalhar no seu jacto particular. Isto num país, Arábia Saudita, onde a mulher nem sequer pode conduzir... um automóvel.

Herminio Silves

PARLAMENTO

Adiado o conceito de defesa e segurança

A Assembleia Nacional realizou esta semana mais uma sessão plenária, que aprovou o novo Código de Estrada, reintroduziu o 1 de Junho (dia da criança) como feriado nacional e instituiu o 18 de Outubro (data de nascimento de Eugénio Tavares) como Dia da Cultura Nacional. Por falta de consenso, o governo decidiu retirar a sua proposta de lei de defesa e segurança, diante dos sinais de que o MpD não iria subscrever a iniciativa, para cuja aprovação era necessária uma maioria de dois terços.

E mesmo sob esse mau presságio, o governo, através do ministro Armindo Maurício, mantém a possibilidade de a referida proposta de lei regressar ao parlamento dentro de um mês. Nesse interim aquele governante vai ensaiar uma tentativa de

aproximação de posições entre a maioria e a minoria.

Basicamente, o MpD entende que não se deve meter no mesmo saco a defesa (Forças Armadas) e a segurança (Polícia), e recorre à Constituição para sustentar a sua tese. Inconstitucional, argumenta. Caso o governo mantivesse a proposta e esta fosse inviabilizada, a iniciativa só poderia regressar ao parlamento dentro de um ano, ou seja, já num outro mandato, o que naturalmente contraria a estratégia do executivo que tem na forja um conjunto de medidas para reformar os dois sectores.

Nestes dias de sessão os deputados debruçaram-se sobre vários outros assuntos da agenda parlamentar, entre elas a interpelação feita ontem pelo MpD à política do

governo para os sectores da juventude e dos desportos. Isto para não falar dos períodos antes da ordem do dia, geralmente aproveitados pelos representantes do povo para a colocação dos problemas que afligem os seus círculos eleitorais.

Uma outra iniciativa, esta fora da sessão plenária, foi protagonizada por um grupo de deputados do PAICV. Tendo à frente o seu líder, Rui Semedo, o grupo formalizou a entrega da sua proposta de revisão constitucional à AN. Com isso fica accionado o processo de revisão ordinária da lei máxima da República, que se encontra aberto desde Outubro do ano passado, volvidos cinco anos da anterior revisão, esta ocorrida em 1999.

PROCURADORES-GERAIS ADJUNTOS A CAMINHO

O presidente Pedro Pires já tem em mãos a proposta do governo para os dois novos procuradores-gerais adjuntos, que serão nomeados a partir de Junho. Júlio Martins, José Luís Landim e Baltasar Ramos Monteiro estão entre os magistrados do Ministério Público que, conforme fontes de A Semana, fazem parte duma lista de candidatáveis àquele posto. A ministra Cristina Fontes recusa-se, por ora, a falar de nomes, por entender que o processo está ainda a seguir os seus trâmites normais junto das entidades competentes.



PR analisa a lista dos candidatáveis

O Ministério Público vai ser reforçado, a partir de Junho, com mais dois procuradores-gerais adjuntos. Este jornal apurou que o processo está a seguir os seus trâmites normais junto da Presidência da República, devendo o chefe de Estado, Pedro Pires, dar a qualquer momento o aval final à proposta que o governo lhe submeteu há algumas semanas.

A Semana está em condições de avançar que da lista dos possíveis nomeáveis aos lugares referidos consta um grupo de magistrados do Ministério Público em efectividade de funções nas várias comarcas do país ou a nível do governo. São os casos de Júlio Martins, José Luís Landim, Baltasar Ramos, entre outros. Todos eles preenchem um dos requisitos básicos exigidos para a corrida ao referido cargo, já que são magistrados de carreira com vários anos de serviço prestado. Os três são vistos, entre os seus colegas, como profissionais que têm dado um contributo notável em prol da justiça e da afirmação do MP.

Júlio Martins desempenha, nes-

te momento, as funções de director do Gabinete Jurídico do Primeiro-Ministro. Procurador da República na Comarca da Praia foi o último cargo que, até há pouco tempo, assumiu a nível da Ministério Público. Antes, tinha desempenhado as funções de representante do MP no Tarrafal de Santiago. Martins é referido, entre colegas, como um quadro promissor, que começou como simples funcionário do Ministério da Justiça e evoluiu até ascender à categoria de procurador da República.

José Luís Landim está, actualmente, colocado na Procuradoria da Praia, a que preside, e onde coordena vários *dossiers*. Membro do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público e presidente da Associação dos Magistrados de Cabo Verde, Landim teria sido convidado para o cargo de PGR adjunto, quando Franklim-Furtado deixou esse lugar para assumir a Procuradoria Geral da República. Só que esse processo ficou pelo caminho.

Baltasar Ramos é o actual presidente da Procuradoria Regional de S.Vicente, onde vem trabalhando há

alguns anos. Com mestrado em Direito Financeiro e Fiscal, Ramos está a preparar a sua tese de doutoramento numa universidade francesa. Foi membro do Conselho Superior do MP e procurador da República nas comarcas de São Vicente, São Filipe e Ribeira Grande de Santo Antão.

Além destes três potenciais indigitados ao lugar de PGR adjuntos, apurámos que a lista da proposta em apreciação poderá conter o nome de Óscar Tavares, procurador da Comarca da Praia. Antes de ser colocado na capital, Tavares já tinha desempenhado as mesmas funções na cidade de São Filipe, ilha do Fogo.

O Gabinete da Ministra da Justiça apenas avançou a **A Semana** que o processo de nomeação dos dois procuradores-gerais adjuntos está a correr os seus trâmites normais junto dos órgãos da soberania. Contactada por este jornal, Cristina Fontes escusou-se, por ora, a falar dos nomes para aqueles lugares, por entender que tal matéria se encontra ainda em andamento junto das entidades competentes.

Conforme o artigo 13º da lei n.º 136/IV/95, que define o estatuto dos magistrados do MP, compete aos procuradores-gerais adjuntos dar posse aos delegados do procurador da República, exercer as atribuições conferidas ao PGR por delegação de poderes, coadjuvar o procurador-geral da República no exercício das suas funções e exercer as demais funções conferidas por lei.

A medida do governo de nomear mais dois procuradores-gerais adjuntos visa reforçar o trabalho do Ministério Público, sobretudo no domínio da luta contra a criminalidade, em especial a grande criminalidade, que começa a ganhar raízes em Cabo Verde. Previsto há já algum tempo, o processo terá ganhado fôlego com a vaga de crimes de homicídio ocorridos nos últimos meses na capital do país. O reforço da luta contra a criminalidade perseguido pelo governo passa não só pelo aumento dos recursos humanos, como também dos recursos materiais, além de uma melhor adequação aos novos tempos da legislação em vigor no país.

Alírio Dias de Pina

Alfândega da Praia tem novo director

Joaquim Sena Silva, 57 anos, é o novo director da Alfândega da Praia. Este inspector aduaneiro, colocado em São Vicente, deverá ser empossado no cargo dentro de duas semanas, substituindo, assim, Carlos Guido Figueiredo, demissionário há quase um ano. Agora, só falta o ministro das Finanças designar o próximo director-geral das Alfândegas.

Por: HERMÍNIO SILVES



curar alguém em São Vicente. A escolha recaiu sobre Joaquim Sena Silva, um aduaneiro com muita experiência e à beira da reforma, portanto, ele não tem nada a perder", afiança a mesma fonte.

Com mais de vinte anos ligado às Alfândegas - sem nunca ter exercido antes um cargo de chefia dentro da instituição -, Sena Silva foi promovido a inspector aduaneiro há 11 anos. Afastou-se dos serviços aduaneiros para presidir a Assembleia Municipal de São Vicente, quando Onésimo Silveira liderava a Câmara. Actualmente é o líder do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública no Mindelo, membro do Conselho de Concertação Social (em representação da UNTC-CS) e presidente da Comissão de Recenseamento de São Vicente. Entretanto, agora que

vai assumir a direcção das alfândegas da Praia, Joaquim Sena Silva terá de abdicar destas funções por serem incompatíveis com o novo cargo que vai assumir.

O nome do novo director da Alfândega da Praia já está confirmado, mas falta ainda encontrar o substituto de Adriano Brazão, que pediu a sua demissão do cargo de director geral das Alfândegas, na sequência da sindicância mandada efectuar naquele serviço. Rejeitado que foi o nome de Alberto Barbosa Júnior, o ministro João Serra ainda procura um candidato para o lugar. Um dos nomes de que se tem falado é o de Arlindo Chantre, que também foi director da Alfândega da Praia. Agora que foi encontrado o director da Alfândega da Praia, segundo uma fonte, fica mais fácil encontrar quem será o próximo DGA.

Está encontrado o substituto de Carlos Guido Figueiredo na direcção da Alfândega da Praia. Trata-se de Joaquim Sena Silva, inspector aduaneiro em São Vicente e com mais de vinte anos de carreira nas Alfândegas. "De facto fui convidado e aceitei assumir a direcção das alfândegas da Praia. Parece ser uma missão difícil, mas estou preparado", confirmou a A Semana o próprio Sena Silva.

O nome deste alfandegário, um dos 12 inspectores aduaneiros mais antigos do país, terá sido proposto pelo actual director-geral das Alfândegas, Adriano Brazão (também demissionário), e logo aprovado pelo ministro das Finanças, João Serra. Segundo as nossas fontes, Brazão aproveitou a presença de Joaquim Sena Silva no congresso da UNTC-CS (de que é membro), realizado semana passada na Praia, para o convidar para o cargo. Tendo aceite a proposta, acrescentam as nossas fontes, Sena Silva teve mesmo que suspender a sua participação na reunião magna da UNTC-CS e regressar ao Mindelo.

Neste momento, ao que pudemos apurar, o ministro das Finanças está a ultimar o despacho que nomeia Joaquim Sena Silva para o cargo, processo que deverá ficar concluído

ainda esta semana - a posse acontecerá daqui a duas semanas. Esta "pressa", segundo uma fonte bem posicionada, tem a ver com uma certa pressão do actual director da Alfândega da Praia, Carlos Guido Figueiredo, que há quase um ano pediu a sua demissão do cargo, já fez saber por diversas vezes a sua impaciência para ser substituído nesse posto. E se antes já era uma decisão irreversível, o quadro se agravou com os resultados da sindicância mandada instaurar na Alfândega da Praia, levando Guido a não querer ficar nem mais um minuto a mais do que deve, à frente deste que é considerado o posto aduaneiro mais complicado do país.

O problema é que, até à semana passada, todos os quadros desafiados a assumir a direcção alfandegária na Praia haviam declinado o convite. "Muitas pessoas abordadas alegaram falta de condições para dirigir tal serviço. E o problema tornou-se ainda mais bicudo com a saída do relatório de sindicância às alfândegas. Ali então foi quando todos os quadros contactados recusaram a proposta com medo de saírem 'queimados' da prova de fogo que é a Alfândega da Praia. Por causa disso, Adriano Brazão teve de pro-

INSPECÇÃO MÉDICA AOS ASSISTENTES DE BORDO

Governo que decida

A inspecção médica aos assistentes de bordo está a depender de um quadro legal, a ser elaborado pelo governo, para poder ser implementada. Reunidos esta quarta-feira, 25, sob a mediação da Direcção-Geral do Trabalho, o Pessoal Navegante de Cabine e a administração da TACV decidiram unir esforços e solicitar à Agência cabo-verdiana de Aeronáutica Civil o alargamento do prazo para a inspecção médica aos assistentes de bordo, até que esteja pronto um quadro legal compensatório aos PNC que venham a chumbar nos exames clínicos.

O executivo poderá ter de mexer na lei laboral para que a inspecção médica aos assistentes de bordo saia do papel. A medida, a vigorar no país desde o dia 17 deste mês, por decisão da Aeronáutica Civil, ainda não foi implementada, na prática, porque os assistentes de bordo querem ver definidas algumas contrapartidas antes de se apresentarem para a certificação médica. É que, segundo esses profissionais, não há nenhuma garantia legal, nem em termos de seguro nem tão pouco da sua readaptação a outros serviços dentro da empresa, caso alguém venha a chumbar nos exames clínicos.

E, se de início esta recusa chegou a ser vista como um sinal de novo desentendimento entre a classe do Pessoal Navegante de Cabine e o Conselho de Administração da TACV, agora as duas partes decidiram unir esforços para resolver o imbróglio. Esta quarta-feira, 25, num encontro promovido pela Direcção-Geral do Trabalho, o próprio presidente do CA da companhia aérea nacional, João Higinio Silva, juntou a sua voz à da líder da Associação dos Comissários de Bordo, Joaquina Almeida, para pedir à Aeronáuti-

ca Civil que adie a implementação da medida, pelo menos até estarem reunidas todas as condições para o efeito. Ou seja, "até que o governo crie um quadro legal compensatório para os assistentes de bordo que chumbarem na referida inspecção e, conseqüentemente, lhes sejam retirados o certificado aeronáutico", explica a este jornal um dos elementos presentes no encontro desta quarta-feira.

Na verdade, a TACV entende como justa a preocupação do Pessoal Navegante de Cabine. "A TACV reconhece a inquietação destes profissionais e tudo fará para resolver este problema, porque, de facto, falta uma disposição legal que lhes sirva de alternativa na eventualidade de um ou outro não passar no exame. E a TACV tem que proteger os seus trabalhadores, pelo que queremos ver criado esse quadro legal", assegura João Pereira, administrador executivo da companhia, sublinhando ainda que não existe qualquer conflito entre a classe PNC e a empresa, nesta questão.

"Tanto a TACV como os assistentes de bordo estão interessados em ver implementada esta medida, mas, primeiro, terá que haver contrapartidas para esses trabalhadores. É essa a questão, isto é, como resolver a situação dos assistentes de bordo que chumbarem nos exames" e a quem, por isso, for retirado o seu certificado de voo", salienta Pereira, que se diz optimista quanto ao futuro dos tripulantes de cabine. "Estou optimista, porque mesmo havendo algum problema com os assistentes de bordo que forem chumbados nós vamos dar toda a cobertura".

A Agência de Aeronáutica Civil também mostra alguma sensibilidade para a resolução do problema. Mas o presi-

dente do Conselho de Administração da AAC vai lembrando que a medida não está suspensa. "Para nós, a inspecção médica já está em vigor desde o dia 17, conforme o Código Aeronáutico. Devo dizer, contudo, que não se trata de uma norma obrigatória, é uma prática recomendada a nível internacional, sobretudo para os países com Categoria 1 na Aviação Civil como Cabo Verde", esclarece Valdemar Correia.

O presidente da AAC faz questão de sublinhar que essa instituição se preocupou, primeiro, em criar todas as condições antes de implementar a inspecção médica regular (uma vez por ano) aos assistentes de bordo, como acontece com os pilotos (de seis em seis meses). "Tivemos o cuidado de não exigir a inspecção enquanto não estivessem criadas todas as condições. Demos um tempo, até terminar a formação dos médicos que vão fazer a inspecção. Em Janeiro deste ano lembrámos aos destinatários sobre o início da inspecção. E em Fevereiro emitimos uma segunda circular que dava um prazo de 90 dias para o arranque da inspecção e é o que está a acontecer", revela Correia, para quem a "recusa" dos tripulantes de cabine em efectuar a inspecção é um problema laboral que compete à empresa resolver.

Com isto, cabe agora ao governo definir, o mais breve possível, um novo quadro legal para "amortecer" as consequências de uma não renovação dos certificados aeronáuticos dos assistentes de bordo. O que, a acontecer, neste momento, não só deixaria sem alternativas o profissional em causa - que seria simplesmente afastado do lugar - como traria grandes complicações para a empresa, TACV.

Hermínio Silves

A autonomia financeira e contrato colectivo

A implementação do contrato colectivo de trabalho e a autonomia financeira da UNTC-CS constituem as actuais prioridades dos novos órgãos dirigentes, saídos do último congresso desta central sindical realizado no final da semana passada, na Praia. Júlio Ascensão Silva foi reeleito por maioria esmagadora dos 137 delegados presentes e conclui que os resultados conseguidos foram bons, porquanto o conclave decorreu num ambiente crítico e muito participativo.



JÚLIO ASCENSÃO SILVA

O V congresso da UNTC-CS aconteceu sábado e domingo na Praia, e culminou com a eleição dos novos órgãos dirigentes. De um total de 137 votantes, Júlio Ascensão Silva foi reeleito secretário-geral da maior central sindical cabo-verdiana, com 128 votos favoráveis, quatro contra e uma abstenção. O Conselho Nacional, constituído por 35 membros efectivos, foi renovado em 51%, tendo a representação feminina subido de 16 para 25%, e a taxa de quadros técnicos situa-se agora nos 37%.

Silva era um homem satisfeito no final da reunião que o reconfirmou como líder quase que incontestado da UNTC-

CS. Disse que os trabalhos decorreram num ambiente crítico e muito participativo, e que durante este novo mandato vai trabalhar, juntamente com os demais órgãos dirigentes, sobretudo para garantir a autonomia financeira da organização, que poderá ser alcançada com a entrada em funcionamento do complexo Centro Social 1º de Maio.

Júlio Ascensão Silva garante que a sua central perspectiva instalar no citado complexo um centro para formação de profissionais de restauração e bar, e uma sala para congressos. Neste que é um dos mais emblemáticos espaços da capital, tendo desde a sua construção

nos anos 80 abrigado congressos, actividades culturais e grande parte dos acontecimentos que tinham lugar na Praia de então, prevê-se que também vai haver escritórios para alugar.

No aspecto puramente laboral, a negociação colectiva constitui prioridade da organização para os próximos quatro anos. É que, segundo Ascensão Silva, através do contrato colectivo de trabalho serão banidos os aspectos negativos que têm atribulado a vida dos trabalhadores, como sejam o problemático contrato a prazo, a disparidade salarial, o baixo ordenado, entre outros.

O V Congresso delegou ao CN poderes para ponderar as mudanças a serem introduzidas no actual estatuto da UNTC-CS. Recomendou ainda que esta deve desenvolver esforços no sentido de informar mais e formar os seus associados. O Congresso aprovou também resoluções direccionadas para a luta contra a pobreza, o combate ao HIV-SIDA. O movimento sindical no mundo e as relações da UNTC-CS central no plano internacional também mereceram pronunciamento deste V Congresso que terminou como começou: sempre ciente da complexidade cada vez crescente das relações laborais em Cabo Verde e no Mundo. Daí os sindicalistas entenderem que o desafio é colectivo. ADP

Venda ilegal de terrenos em São Miguel

Relatório já se encontra no MP

O processo sobre a venda ilegal de terrenos na zona de Achada Bolanha, São Miguel, deu entrada na Procuradoria da Comarca do Tarrafal desde o dia 13 do mês passado, para averiguação e julgamento dos eventuais culpados. E enquanto o caso está a ser investigado pelas autoridades judiciais, na Câmara Municipal de São Miguel decorre um inquérito interno para averiguar as suspeitas que caem sobre alguns funcionários do Gabinete Técnico de terem cometido várias ilegalidades na venda de vários lotes de terreno no concelho.

O caso sobre a venda ilegal de terrenos em São Miguel, noticiado em primeira-mão por este jornal, em Janeiro deste ano, ainda vai fazer correr mais tinta. O relatório dirigido ao MP para análise foi elaborado pela Comissão de Inquérito, formada por cinco membros e criada pela deliberação nº 8/04 da Assembleia Municipal. Neste documento ficou provado que as assinaturas dos anteriores responsáveis da Câmara Municipal (Presidente da Câmara, representante do Pelouro de Urbanismo, Técnico e Desenhador), foram falsificadas, sendo alguns desses actos de fraude datados de 2002. Além disso, o relatório concluiu que há provas da

existência de crimes de burla.

Uma vez que ficou provado no documento encaminhado ao MP os nomes dos supostos autores do crime, a Câmara Municipal de São Miguel nomeou como inspector independente um advogado, cujo nome o presidente João Duarte não quer adiantar, para investigar o caso.

O principal suspeito apontado no relatório, Raimundo Gomes Mendonça, e outros funcionários estão a ser interrogados. E, segundo o edil de São Miguel "cabe ao jurista chegar às suas conclusões e apresentar um relatório final à Câmara, bem como as recomendações". "Com base nisso iremos aplicar a devida sanção aos culpados, caso necessário", assegura João Duarte.

Entretanto, apesar da edilidade ordenar as averiguações para o processo disciplinar, a população são-miguelense contesta a morosidade com que este processo decorre naquela instituição, tanto mais que os presumíveis culpados continuam a trabalhar normalmente na Câmara.

Já no Ministério Público parece que a história é outra. A **Semana** soube que mal o documento deu entrada no MP começaram as investigações.

Caso as suspeitas se confirmarem os principais visados vão responder pelos crimes de burla e falsificação de documentos. A lei diz que quem falsificar documentos de títulos públicos terá uma pena de dois a oito anos de prisão, de acordo com o artº 252, nº 1, d) do Código Penal. Para o crime de burla a pena é de seis a três anos de prisão ou uma multa que vai de 80 a 200 dias, de acordo com o artº 210, nº1 do Código Penal.

O encaminhamento do relatório para o Ministério Público foi votado pela Assembleia Municipal de São Miguel por unanimidade.

Recorde-se que a suposta máfia de terrenos na zona de Achada Bolanha, localidade que integra a Zona de Desenvolvimento Turístico da Ribeira de Principal, teria acontecido entre Novembro e Dezembro de 2004. Entretanto há fortes indícios de que funcionários do Gabinete Técnico falsificaram assinaturas para venderem a cidadãos privados vários lotes de terreno. A falcatura começou a ser detectada quando se notou que os documentos que atribuíam os croquis eram assinados com caligrafias variadas tanto na forma como nas características.

CRP São Miguel/Tarrafal tem nova Direcção

A Comissão Regional de Parceiros São Miguel/Tarrafal tem novos corpos gerentes. O vice-presidente da anterior Comissão, Luís Barbosa, é o novo presidente da CRP. À eleição concorreu uma única lista que venceu com maioria absoluta, registando-se apenas uma abstenção. Para evitar o risco de perderem o financiamento, a CRP já apresentou o seu plano de actividades para este ano à Unidade de Coordenação do Projecto, isso quando ainda se espera o relatório e contas do anterior mandato. Apesar disso, o actual presidente da CRP afirma que "vão ser disponibilizados 38 mil contos para combater a pobreza nos dois concelhos".

Os novos membros dirigentes da CRP São Miguel/Tarrafal tomaram posse na quarta-feira passada, para um mandato de dois anos. No mesmo dia, a Assembleia exigiu a apresentação do relatório relativo ao anterior mandato, caso contrário promete mandar o caso para ser verificado para as instâncias legais.

O actual presidente, Luís Mendes Barbosa, diz que a CRP agora tem uma nova filosofia - coesão social e bom entendimento entre os membros. E a pensar no bem da CRP e de todos os envolvidos no programa, Barbosa diz que "todas as decisões serão tomadas dentro da legalidade", começando pela tomada de posse, algo que não aconteceu no anterior mandato. "Recrutar um gestor é outra medida que a nova direcção vai tomar", diz.

É prioridade desta nova direcção dar continuidade aos projectos desenvolvidos desde a primeira fase, que era a da construção de habitação social. Esta nova CRP São Miguel/Tarrafal promete ainda "uma especial atenção à formação e às actividades geradoras de rendimentos".

Segundo o presidente da CRP, o concelho de São Miguel vai beneficiar de um montante de 20 mil contos e Tarrafal terá 18 mil, totalizando 38 mil contos. O financiamento chega do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Governo com a participação das Câmaras Municipais dos dois concelhos.

Além do presidente Luís Barbosa fazem parte da direcção da CRP: Luís Costa (vice-presidente), Pedro Furtado (presidente de Assembleia-geral) e Belarmino Lopes (secretário do Conselho Directivo).

Recorde-se que os membros da anterior direcção se desentenderam quanto ao programa a aplicar, não estiveram de acordo nos financiamentos, para além de atrasos na apresentação de relatório, na marcação da data para a eleição dos novos corpos gerentes e na apresentação do plano de actividades para este ano.

Recebendo o alerta do responsável da UNOPS (organização da supervisão do programa) e representante do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), um dos financiadores do programa, de que poderiam perder o financiamento, que lhes pode ser destinado na luta contra a pobreza, caso não tomassem medidas urgentes. Para inverter a situação existente, a CRP decidiu eleger os novos corpos gerentes e enviar o plano de actividades deste ano à UCP, mesmo sem apresentar até à data o relatório. Diante disso, a Assembleia da CRP insiste que a anterior direcção apresente o relatório do respectivo mandato, caso contrário prometem tomar medidas legais. AC

Indústria pornográfica

A indústria pornográfica começa a sondar o mercado cabo-verdiano. Duas mulheres poderiam envolver menores. Entretanto, uma família mindelense anda em estacada com um grupo de prostituição infantil. A própria POP também tem as suas desconhecidas

Sete contos por cada hora de “serviço”, esta foi a proposta monetária colocada em cima da mesa. Do outro lado do telefone, o “português” tentava aliciar a bancária a entrar nessa aventura, talvez longe de pensar com quem estaria a conversar.

O acordo, caso “Filomena” aceitasse, seria algo fora do comum na vida dela: rodar um filme porno com cinco homens e a eventual participação de uma miúda de catorze anos. A menor, como o “português” fez questão de explicar-lhe, só iria fazer sexo oral. “Nada mais que isso”. Mas, frisou, a presença da miúda era fundamental no plano de filmagem.

“Filomena” ainda sente uma onda de raiva a percorrer-lhe a espinha quando lembra o teor da conversa mais “obscena” da sua vida tida, ainda mais, com um desconhecido. O telefone tocou no seu local de trabalho e atendeu com a maior naturalidade. Do outro lado da linha, alguém, com sotaque bem português, identificou-se como membro de uma equipa televisiva que estava em S. Vicente a fazer uma pesquisa. “Sem muita demora, ele foi logo perguntando se gostava de ver filmes pornográficos”, recorda a bancária, que viria a ser contactada em três ocasiões, posteriores, supostamente pela mesma pessoa.

A primeira abordagem foi um autêntico desastre. Apanhada de surpresa com tamanha proposta, “Filomena” descartou o homem ao dizer-lhe que tinha 60 anos de idade. “Ele desligou o telefone num ápice”, recorda.

Ainda confusa com o teor da conversa tida com o estranho, desabafou com uma colega. Para espanto dela, a outra também tinha recebido uma chamada idêntica, dias antes. A única diferença residia no sotaque da pessoa, que, neste caso, parecia ser um inglês a tentar falar português.

Recompostas do susto, as amigas “Filomena” e “Elisa” acordaram que, caso voltassem a receber uma nova chamada, tentariam explorar a pessoa e tirar o máximo de informação sobre as suas reais intenções. Elas estavam decididas a ir ao ponto de marcar encontro e conhecer o homem pessoalmente.

Nesse dia, assim que encontrou o marido, um oficial das Forças Armadas, “Filomena” colocou-o a par do estranho telefonema. “O primeiro instinto é de

revolta, mas temos de saber agir com frieza nessas situações. Por isso, disse à minha esposa para tentar manter a calma da próxima vez e que tentasse tirar o máximo de informações sobre os objetivos dessa pessoa. Queríamos saber onde estava, com quem, como pretendia fazer o filme e se, na realidade, pensava envolver menores nessa cena”, explica o marido de “Filomena”, que encorajou à esposa a marcar um contacto pessoal com o “português”, devendo obter a tempo indicações sobre o local e hora do encontro. A intenção era criar uma emboscada ao suposto realizador pornográfico, envolvendo também a Polícia Judiciária.

O telefone voltou a tocar na secretária de “Filomena”. Assim que levantou o auscultador, reconheceu logo a voz do “português”. Preparada psicologicamente, desta feita deu toda a corda para o engodo.

“Ele começou novamente por falar do tal inquérito e, tal como estava à espera, levou a conversa para o campo sexual. Fez-me uma série de perguntas íntimas, entrou em detalhes sobre a cena que já tinha em mente e, no final, perguntou-me se tinha uma filha. Respondi-lhe positivamente e pedi que levasse a miúda para participar no filme. Disse-lhe que isso seria complicado, então pedi-me que arranjasse uma moça de uns 13, 14 anos”, conta “Filomena”, que ficou ainda mais indignada com esse pormenor. É que, segundo conta, o “português” insistiu profundamente nesse ponto.

Em princípio, “F” deveria contracenar com cinco homens, num quarto de hotel. Restava, entretanto, saber se os parceiros seriam cabo-verdianos ou estrangeiros.

Acordados os pormenores básicos, faltava apenas combinar um encontro entre “Filomena” e o “português”. Dias depois, o telefone volta a tocar, numa altura em que a bancária estava embrenhada no trabalho. O homem pediu para falar com a “Filomena”. “Fiquei desconcertada e não consegui pensar com clareza. Respondi-lhe que a ‘Filomena’ tinha ido almoçar. Desligou o telefone e nunca mais voltou a chamar”. O plano foi por água abaixo, deixando “Filomena” embrenhada numa série de pensamentos e com a clara convicção de que o “português” terá realizado o filme e envolvido alguma miúda menor nessa aventura sexual.

“Ele sempre deixou-me perceber que



conhecia muito bem a realidade cabo-verdiana, as características sexuais da mulher cabo-verdiana e que já tinha uma lista de vários pretendentes para o seu projecto. E tenho a certeza que os seus planos envolviam menores”, afirma a bancária.

Alerta à navegação

Embora sem nada de concreto na mão, “Filomena” e “Elisa” acreditam que a indústria pornográfica começa a assediar o mercado cabo-verdiano. Pior ainda, com a intenção de explorar a ingenuidade das menores. O medo delas é que Cabo Verde venha a despertar o interesse das redes internacionais de pedofilia. Algo muito parecido com o esquema desvendado na Madeira, em Portugal, e que envolvia a pornografia infantil.

Na perspectiva destas duas bancárias, o tal filme foi rodado. Segundo “Filomena”, o “português” garantiu-lhe que já tinha uma lista razoável de pessoas ins-

critas e que o preço estabelecido era sete contos por cada hora de “serviço”.

“A nossa sociedade ainda não está preparada para lidar com um produto dessa natureza. Basta lembrar a publicação dos CD’s contendo fotos de várias mulheres. A pornografia pode não ser um crime se for praticada por adultos e com base num contrato celebrado entre as partes. O caso muda de figura quando envolve menores”, comenta “Elisa”, para quem as autoridades devem tomar nota deste alerta pois, na sua opinião, os dois homens estavam a falar muito a sério.

Por mera coincidência, está patente num vídeo-clube mindelense o filme pornográfico *Mapouka du Cap Vert*, apresentado como um trabalho executado por actrizes cabo-verdianas. Para quem viu o filme, tudo não passa de uma estratégia de marketing para despertar a curiosidade dos clientes.

A “banda sonora” do filme é composta por músicas *zouk* cantadas em francês, e o som é tão alto que cobre a voz

ca “namora” Mindelo

Ilheres casadas receberam propostas para participarem num filme porno e que do de alerta, desconfiada se uma menor não estará a ser aliciada para integrar fianças.

Por: KIM-ZÉ BRITO



dos actores. Além do mais, a maioria das cenas foi gravada dentro de um quarto e não na rua. Por isso não há nenhuma paisagem capaz de identificar estas ilhas. Contudo, para muita gente não há dúvida que as actrizes são crioulas residentes na Europa.

Sexo, droga e escapadelas

Sexo, drogas, dinheiro e festas, ingredientes capazes de seduzir e desencaminhar qualquer jovem desatinado. “Célia”, uma moça de quinze anos, caiu nessa malha e esteve disposta a perder tudo: o respeito da família e a escola.

A história de “Célia” pode não ter um elo com as tais propostas pornográficas. Abordada sobre este assunto, revela uma total ignorância. Porém, o comportamento dela nos últimos tempos colocou a família em estado de alerta. A moça tem revelado uma mudança radical nas suas atitudes, tendo chegado ao ponto de dormir fora de casa, alegadamente influenciada por um grupo de amigas. Para a irmã

mais velha, as evidências apontam para um eventual caso de prostituição infantil camuflada. “Maria” não entende como moças desempregadas podem ter dinheiro para pagar a renda de uma casa, sustentar as suas necessidades básicas, comprar roupas e frequentar discotecas. Preocupada com o rumo que a irmã menor tende a tomar, “Maria” comunicou o caso tanto à POP como à Polícia Judiciária.

“Diferente” do resto dos irmãos, “Célia” é tida como uma menina extrovertida, alegre, boa aluna, mas também “muito influenciável” pelos outros. Neste caso, os “outros” foram, segundo ela própria explica, um punhado de amigas, algumas da sua idade e umas poucas com idade mais avançada. Quando “elas me contavam as coisas que faziam, as festas que frequentavam, a liberdade que tinham de passear, frequentar discotecas e dormir onde quisessem, eu que sempre fui controlada pela família, senti ciúmes dessa vida”, conta a menor.

O primeiro sinal de excesso detecta-

do por “Maria”, irmã de “Célia”, foi quando a menor esteve desaparecida dois dias seguidos. Tudo porque queria ir a um passeio e, na cabeça dela, caso pedisse permissão à família seria impedida. Assim, decidiu passar os dias na companhia das amigas de paródia, sem dar cavaco a ninguém.

Preocupada com o desaparecimento da irmã, “Maria” vasculhou a cidade do Mindelo até descobrir o paradeiro dela. “Fui descobri-la num quarto, em Fonte Filipe, na companhia de várias outras raparigas. Além delas encontrei alguns rapazes no quarto. Algo cheirou-me mal, muito mal”, conta “Maria”, que decidiu informar a Judiciária e a POP dessa ocorrência.

De regresso à casa, “Célia” continuou fechada em si, sem dar uma explicação plausível à família. Muito pelo contrário, voltou a desaparecer de casa pouco tempo depois. Novamente foi encontrada na companhia do mesmo grupo mas, desta feita, na Baía das Gatas.

Segundo “Maria”, as moças costumam “saltar” de casa em casa com uma facilidade impressionante. E sempre que mudam, procuram uma zona diferente. Este dado foi confirmado pela Polícia de Ordem Pública, que também experimentou as suas dificuldades em descobrir o paradeiro do grupo.

O curioso é que, segundo “Maria”, nenhuma das moças trabalha, mas têm dinheiro suficiente para frequentar discotecas e comprar roupas caras. Para ela, alguém endinheirado anda a “patrocinar” os caprichos desse grupo de raparigas.

Com a mesma convicção ficou também o oficial João Santos, que esteve a investigar este caso. Na sua perspectiva, as moças andam a encobrir algum “padrinho” adulto, meramente por interesses materialistas. “Dos dados recolhidos, fiquei com a sensação que estarão a prostituir-se, apesar de negarem isso taxativamente. Todas dizem que têm namorado e que só transam com o respectivo companheiro. Mas, a meu ver, é provável que estejamos perante um caso de prostituição camuflada”, diz o Chefe da Esquadra de S. Vicente.

Segundo João Santos, as moças declararam que uma delas trabalha para acarretar com os sustentos da casa. Porém, ficou provado que, afinal, ela é tão desempregada como o resto do grupo. O pior é que, apesar de estarem na

idade escolar, nem querem ouvir falar da escola.

“Célia”, por exemplo, chumbou este ano por acumulação de faltas. Questionada sobre este facto, responde que nem sabe por que razão faltou a tantas aulas. Logo ela que até é considerada uma aluna acima da média.

A droga corre solta no ambiente frequentado por “Célia” e as amigas. Ela própria reconhece que duas das colegas consomem “erva” e que alguns dos rapazes que costumam visitá-las nos seus quartos andam também a “fumar”. Porém, “Célia” nega que alguma vez tenha experimentado um “fumo”. “Tenho a consciência que a droga é um vício prejudicial. Quanto ao sexo, não há uma idade certa para acontecer. Depende de cada pessoa. Rolou comigo mas arrependi-me. Não por causa do meu namorado, mas sim porque ainda estava cedo demais”, diz a rapariga, assegurando que não anda a fazer nada de mal. Segundo as suas palavras, apenas quer desfrutar o sabor da liberdade, sem pensar, por enquanto, nas consequências.

O comportamento de “Célia” já provocou fracturas na família. A tia dela começa a revelar sintomas de cansaço. Numa das três ocasiões em que a menor desapareceu de casa, deu-lhe uma sova e não quer repetir a dose, pois constatou que o castigo não surtiu nenhum efeito.

“Quero ser aceite como sou. Sou alguém que diz aquilo que pensa e que faz aquilo que quer. Acima de tudo, detesto sentir-me vigiada. Apenas quero que as pessoas saibam me escutar”, desabafa “Célia”, para quem nada disso estaria a acontecer se a família tivesse mais confiança nela e lhe desse mais espaço de manobra. Por aquilo que deixa depreender, falta uma base de comunicação permanente entre ela e a irmã mais velha, que desempenha o papel de encarregada de educação.

O grande medo de “Maria” é que “Célia” continue a escutar a voz das amigas, a ponto de hipotecar o seu futuro. Além do mais, sente que as autoridades policiais não souberam lidar com a sua preocupação. Talvez porque este caso esteja mais na alçada de instituições como o Instituto de Menores. No seu íntimo, sente também que o tal grupo de raparigas anda a prostituir-se e a consumir drogas, “patrocinadas” por um “núcleo” de adultos.

Sexta-feira, 27 de Maio de 2005

Reportagem

DN do MpD reúne-se

A Direcção Nacional do MpD deverá reunir-se amanhã, sábado e domingo, na Praia, para analisar a situação política nacional e definir as linhas estratégicas para as eleições de 2006. O pronunciamento público de elementos afectos à ala de Jorge Santos, nomeadamente a ideia de se excluir da lista de deputados para as próximas legislativas pessoas que residem fora de Santo Antão, poderá agitar esta sessão do órgão máximo dos ventoinhas entre as convenções. JS considera ser prematuro discutir, neste momento, tal matéria e refuta a existência de crise e luta de tendências no seio do seu partido.



JORGE SANTOS



AGOSTINHO LOPES

Posicionamento da ala de Jorge Santos poderá agitar a reunião

Os membros da Direcção Nacional do Movimento para a Democracia estarão reunidos, hoje e amanhã na Praia, para analisar vários aspectos relacionados com o funcionamento do partido e a governação de Cabo Verde.

O presidente da Mesa da DN avança que, durante os trabalhos, o referido órgão deverá apreciar a situação política nacional, com destaque para a governação do PAICV. Amadeu Cruz acrescenta que a análise do estado por que passa Cabo Verde na presente conjuntura será feita pela Comissão Política Nacional, no que será complementada com as informações acerca de cada concelho, a serem avançadas pelos coordenadores regionais. O órgão máximo entre as convenções deverá ainda, conforme a mesma fonte, discutir e aprovar as linhas gerais da estratégia do partido para as eleições gerais de 2006.

Mas o posicionamento público de alguns elementos afectos à ala de Jorge Santos poderá agitar, de acordo com um apoiante de Ulisses Correia e Silva, a reunião desta semana da DN. Em causa está sobretudo a ideia expandida pelo coordenador do MpD no Porto Novo, Osvaldino Silva, segundo a qual devem ser excluídas da lista local de deputados às próximas legislativas os quadros ou pessoas que residem fora de Santo Antão.

A posição de Silva caiu que nem uma bomba nas hostes ventoinhas, a ponto de levar à convocação de um encontro de emergência que reuniu os principais dirigentes e eleitos do MpD no Porto Novo. O mesmo decorreu no Centro Paroquial, tendo o presidente da AM, Mário Rodrigues, o deputado António Santos e o vereador Cláudio Santos assumido uma posição crítica relativamente aos defensores de tal tese. “Nesta primeira reu-

nião espantámos o ‘bjon’. A segunda acontecerá na próxima reunião da DN”, adverte a nossa fonte.

Esta crítica ainda o facto de alguns dirigentes estarem a trabalhar por sua conta e risco, quase que ignorando a Direcção Nacional do partido. “Eles vêm actuando como se a convenção do partido não tivesse ainda terminado”, comenta. Esta advertência é vista como uma alusão indirecta a Jorge Santos, que em alguns círculos do seu partido tem sido criticado por estar a fazer uma liderança paralela à de Agostinho Lopes, sobretudo em Santo Antão e São Vicente.

JS contra-ataca, lembrando que tem estado a trabalhar em coordenação com Agostinho Lopes e Ulisses Correia e Silva, tendo em vista as eleições de 2006. “É prematuro estar a debater neste momento a lista de deputados para as legislativas de 2006. E não há crise e nem

luta de tendências no seio do MpD”, rebate Santos, para quem, depois de esclarecidas as posições de cada uma das partes, os participantes da reunião do Porto Novo saíram contentes e amigos.

Aquele dirigente perspectiva que a matéria em causa poderá ser debatida na sessão de amanhã da DN e reafirma, porém, existir um sentimento generalizado em Santo Antão de que a lista do MpD para as próximas legislativas deve integrar “pessoas que estão fortemente comprometidas e ligadas com a ilha”. Mas a composição das listas é, conclui Santos, uma tarefa da competência da Comissão Política Nacional, embora a CP concelhia possa pronunciar-se sobre o assunto. Tentamos ouvir o secretário -Executivo, Jorge Nogueira, sobre o encontro da Direcção Nacional e os problemas referidos, mas tal foi impossível.

ADP

MPD Ribeira Grande e Paul

Listas consensuais

Os militantes do MpD na Ribeira Grande e no Paul devem apresentar listas consensuais para a eleição dos novos coordenadores e as respectivas comissões políticas regionais. Por ora, sabe-se que Francisco Dias é o anunciado candidato para chefiar a concelhia da Ribeira Grande, enquanto João Sousa poderá encabeçar a lista única no Paul.

Francisco Dias confirmou a **A Semana** que só aguarda a aprovação do cronograma eleitoral para apresentar publicamente a sua candidatura a coordenador do MpD na Ribeira Grande. Mas enquanto espera uma definição clara da data das eleições - que já foram adiadas para meados do próximo mês de Junho - aquele deputado suplente vai contactando os militantes para anunciar a sua intenção de concorrer ao escrutínio regional.

É bem provável que Dias seja candidato único ao cargo na medida em que António Rodrigues, tido como seu provável adversário, terá afirmado numa recente reunião com dirigentes do partido que não se vai candidatar. Contudo, em con-

versa telefónica com o jornalista, o actual coordenador provisório do MpD na Ribeira Grande disse que prefere não tomar decisões definitivas sobre o assunto quando ainda faltam três a quatro semanas para as eleições.

Apesar dessa posição algo enigmática de Rodrigues, parece claro que só um “descompasso” de última hora poderá fazer com que não se apresente uma lista consensual ao escrutínio regional na Ribeira Grande. Mesmo porque, a menos de um ano para as legislativas, os militantes não querem desgastar-se com “acirradas” disputas internas num concelho onde pretendem eleger todos os três deputados à Assembleia Nacional.

De igual modo, no Paul se trabalha para que haja uma lista consensual à coordenação concelhia, encabeçada por João Sousa. Falou-se na hipótese de existir mais uma ou duas candidaturas porém, conforme indicações do coordenador do MpD para Santo Antão, Jorge Santos, é provável que Sousa seja candidato único.

Entretanto, Santos pensa promover naquela ilha um encontro alargado com os autarcas ventoinhas, dirigentes locais e militantes que definirá o plano “estratégico” do MpD na ilha, para levar o partido a consolidar a posição maioritária que tem em Santo Antão. “Temos de fazer com que o partido funcione como um sistema para vencer os próximos desafios. Não podemos ter executivos camarários do MpD, a actuar num sentido e as comissões políticas regionais a trabalhar noutra direcção. Temos de estar em sintonia, e é para isso que promoveremos a reunião”, explicita aquele dirigente.

Ademais, já no fim-de-semana passado, os ventoinhas realizaram um encontro no Porto Novo, para tentar apaziguar o “ambiente férvido” entre o coordenador concelhio e os eleitos municipais. Mas, ao que parece, as declarações de Osvaldino Silva segundo as quais o partido deverá apostar “na prata da casa” nas legislativas continuam a incomodar alguns dirigentes ventoinhas.

JAM

Benfiquista atropelado

O festejo da vitória do Benfica terminou com um homem atropelado na Praça Nova, seguido de fuga do condutor. O acidentado foi transportado com ferimentos numa perna para o hospital de São Vicente, e agora a polícia quer identificar o condutor do Suzuki que atropelou o adepto benfiquista.

Também em São Vicente na sequência de uma rusga, a POP surpreendeu, entretanto, um indivíduo na posse ilegal de uma pistola 6,35 milímetros. O proprietário estava acompanhado de outros dois companheiros, mas estes não foram implicados no processo. Segundo a polícia, não há nenhuma queixa sobre ameaças de morte com o revólver em causa.

Por seu turno, a Judiciária deteve um cabo-verdiano na posse de oito gramas de cocaína e duas de cannabis. O suposto traficante, um nacional repatriado dos Estados Unidos da América, foi interceptado pelos agentes na estrada da Baía das Gatas. Nas buscas efectuadas à viatura conduzida pelo suspeito, a PJ descobriu mais uma grama de coca. Pelas contas da PJ, o pó dava para confeccionar 800 pedras de "crack". Vendidas a 500 escudos cada, as "pedras" poderiam render 400 contos ao vendedor. Presente ao juiz, o indivíduo ficou a aguardar julgamento sob termo de identidade e residência.

NOVOS AGENTES MARÍTIMOS



Policiaamento reforçado das praias

O policiaamento das zonas balneares será reforçado, este Verão, graças à formação de mais trinta agentes da polícia marítima e a aquisição de equipamentos e acessórios destinados a apoiar o serviço dos salvavidas colocados nas principais praias do arquipélago. Além de barbatanas, bóias e kits de primeiro-socorro, a PM conta adquirir cinco embarcações de intervenção rápida, que irão aumentar o nível de segurança existente nas praias. A importação dos barcos de borraça será feita por uma empresa privada e, segundo o capitão dos portos de Barlavento Manuel Claudino, deverão custar à volta de cinco mil contos, dinheiro esse já disponível.

O anúncio do concurso de recrutamento de mais trinta agentes teve uma alta adesão de pretendentes, a nível nacional. Quatrocentos e sessenta jovens, repartidos equitativamente pelas duas capitânias, apresentaram

as suas candidaturas, mas ainda não foi feita a selecção dos vencedores. O curso, que terá a duração de 45 dias, será ministrado na escola policial Daniel Monteiro. Os recém-formados ficarão afectos às duas capitânias e entrarão imediatamente em funções.

Mesmo com este reforço, a Polícia Marítima vai continuar a necessitar de mais efectivos, na perspectiva de Manuel Claudino. Pelas suas contas, desde 1995 que a entidade não faz novos recrutamentos. Com a entrada de mais 30 policiais, o contingente global passará a ser de apenas 80 agentes.

Preocupado com a segurança dos banhistas, principalmente na praia de Santa Maria, Claudino defende uma participação das unidades hoteleiras e turísticas nessa matéria. Na sua opinião, o Estado devia instituir uma taxa, a ser paga pelos operadores localizados nas zonas balneares, vocacionada para garan-

tir a protecção ambiental das praias e dos próprios banhistas. "As Capitânias não dispõem de verbas para determinadas intervenções nas praias e que dizem respeito à segurança dos banhistas. Com a instituição de um taxa pelo menos teríamos uma fonte onde ir buscar meios para solucionar esse tipo de problemas", explica Claudino, para quem os nadadores-salvadores têm um bom nível académico e estão preparados para lidar com as situações passíveis de ocorrer nas praias.

Entretanto, a praia da Lajinha sofreu mais um atentado ambiental. Centenas de ouriços-do-mar foram encontrados mortos na areia da praia. O caso está sob investigação mas a desconfiança é que o problema tenha sido originado por uma descarga de água contaminada com cobre. Resta saber se a poluição partiu da Electra ou da Cabnave, duas indústrias localizadas à beira da praia. **KzB**

Cidadão é acusado de deixar doente mental paraplégico

Pedro Santos Silva, 34 anos, é um chefe de família como muitos outros, trabalhador, e, segundo o seu advogado, "um indivíduo ponderado e razoável", mas que um dia, forçado pelas circunstâncias, perdeu a cabeça e viu-se envolvido em uma tragédia. Enfrenta agora a possibilidade de ser condenado a oito anos de cadeia. Simão Faial, 33 anos, por obra do destino, nasceu deficiente mental e é epilético. Mas, Xema como é conhecido, era feliz do seu jeito, adorava jogar cartas com os amigos e andar livre pela rua. Até o dia em que Pedro o agrediu e o deixou semi-paraplégico. Assim, o "pássaro", que um dia foi livre, agora vive preso a uma cadeira de rodas...

Pedro Silva vai responder na justiça por ofensas corporais, com a agravante de estas resultarem em sequelas para o resto da vida do ofendido, Simão Faial, o que implicará uma pena que pode ir até oito anos de prisão.

Tudo aconteceu em Outubro de 2002. Pedro Silva prefere deixar as declarações ao seu advogado, Amadeu Oliveira. Este conta que o seu cliente, cansado das agressões do doente mental Simão que até chegou a danificar-lhe o carro (por três vezes), perdeu a cabeça e resolveu agir por sua conta e risco, partindo também para a agressão. Porque "todas as vezes em que foi agredido e a sua viatura atacada, ele sempre deu queixa na polícia. Só que nunca as autoridades fizeram nada até que, nesse dia, essa mesma pessoa partiu-lhe o pára-brisas do carro. Ele mesmo a conduziu à Esquadra. E no mesmo dia, à noite, Pedro transitava no seu veículo quando avistou Simão que fez um gesto para pegar uma pedra no chão..." Foi então que o cliente de Oliveira desceu do carro e "deu uma sova" a quem agora o ameaçava e antes o tinha prejudicado.

Por isso, hoje, Pedro "é acusado, por ofensas corporais graves, e porque, alegadamente, esta pessoa ficou paraplégica e perdeu a voz devido à agressão. O que não é certo. Vamos discutir, se foi efectivamente devido a essa agressão ou não, que este homem ficou paraplégico e sem voz".

Amadeu Oliveira questiona a morosidade da justiça e aponta, neste caso, o dedo à polícia, "culpada" de tal tragé-

dia que agora recai sobre Pedro, e principalmente, sobre Simão, que pode ter ficado impossibilitado de andar para o resto da vida. "Como é que um cidadão normal é alvo de várias e sucessivas agressões, leva a prova disso e apresenta queixa às autoridades e elas nunca agem em tempo devido?", pergunta o defensor de Pedro, antes de concluir que "chega um momento, como foi o caso, em que perante todos os factos, o homem perde a cabeça e faz o que faz".

Amadeu Oliveira sabe que nada justifica uma agressão, mas "as pessoas têm que saber, as autoridades, os políticos têm que dar prioridade nacional a uma maior dinamização do sistema judicial. Porque até 2001, a justiça estava uma lástima, sem credibilidade e muito morosa. Agora parece-me que ela está mais credível, mas continua morosa. Não é a polícia ou o tribunal, é todo o sistema que precisa melhorar, urgentemente!", exclama. Mas também o sistema de saúde, acrescenta Oliveira, já que um indivíduo tido como doente mental não pode estar na rua a agredir e causar prejuízos às pessoas sem que nada lhe aconteça. "Alguém tem que ser responsabilizado", defende.

A mãe de Xema, Maria Lucette Fortes, 66 anos, recorda que no dia da tragédia, a família levou Xema à Delegacia de Saúde dos Espargos, "pois não sabíamos o que fazer com ele". Xema ficou internado, só que conseguiu fugir logo depois, sem que ninguém tenha dado por isso. Simão voltava para casa na Palmeira, a pé, narra Maria, quando alguém o viu e avisou Pedro Silva que "foi lá, coitado, cumprir o seu destino", enfatiza. Já passavam das oito da noite, quando, relata Maria, alguém viu Simão a ser espancado por Pedro e a foi avisar. "Senão, ele teria matado o meu filho...". Este foi encontrado atrás de uns arbustos, pelos lados da Shell da Palmeira, "todo ensanguentado".

"Ele poderia ter poupado o meu filho...", lamenta a mãe. Mas Maria não parece ter rancor de Pedro, e é ela quem diz que o vizinho se arrependeu. "Ele está muito envergonhado desde então..." diz. E uma amiga da família completa: "Anda sempre com o rosto no chão e até esteve aqui há pouco tempo para pedir perdão ao Simão..." A mãe confirma: "É

verdade, ele esteve aqui e até chorou. Pediu perdão ao Simão, abraçou-o, e correu-lhe a mão pela cabeça. O Simão até lhe respondeu sim, sim!". Isso tudo perante o olhar atento e inocente do filho, sentado à cama de um dos dois quartos da casa. No canto da boca de Xema, um sorriso de uma aparente e desconcertante felicidade.

Simão parecia entender as palavras ditas naquele quarto, mas, ao mesmo tempo, dava sinais de não apreender a verdadeira dimensão do que se passava à sua volta, o que talvez explique aquele sorriso. Simão mora com a mãe, uma tia e um irmão mais novo, que é o único que trabalha. A casa humilde, sem casa de banho nem cozinha, testemunha as duras condições a que aquela família está sujeita.

Para complicar, o pai de Simão morreu no mar faz muitos anos, era pescador. E Simão conta com a mãe para tudo: "Ele nem consegue levantar-se para fazer as suas necessidades, eu é que tenho que lhe dar banho e tudo. E como não tem cadeira de rodas, ele fica o dia inteiro aqui em casa, já nem pode ir ao clube da vila para ver os seus jogos e jogar oril e carta, em que era muito bom, ganhava de todo mundo lá. Até há pouco tempo não falava por causa da surra, mas graças a Deus já recuperou a voz. E a muleta não lhe serve porque ele tem uns ataques epiléticos e pode cair e se machucar", afirma a mãe. E a cadeira de rodas que Simão tinha e lhe fora oferecida pelo pároco da ilha, Padre Miguel, está avariada.

Maria diz que se fosse chamada ao tribunal daria o seu perdão a Pedro, desde que "ele arcasse com as despesas dos medicamentos e tratamento do meu filho. Os remédios são muito caros e temos que estar sempre de olho nele por causa de seus ataques, e eu não tenho condições para arcar com tudo isso".

A Semana contactou o comandante regional, da POP, João José de Pina, e também o sub-comandante Mário Lopes para saber a versão da polícia sobre o caso, mas estes alegaram desconhecer os factos por só estarem na ilha há dois anos.

KS

NOVA VIDA À GRANJA SÃO FILIPE

A primeira comunidade terapêutica para tratamento de toxicod dependentes abre as suas portas, na capital cabo-verdiana, em meados de Junho. Com toda a equipa formada, estrutura pronta e praticamente todos os materiais necessários no local, a antiga Granja de São Filipe finaliza os últimos detalhes para fazer face a um problema que preocupa a sociedade cabo-verdiana: a toxicodependência.



CENTRO PARA TRATAMENTO DE TOXICOD dependentes NA GRANJA

Comunidade Terapêutica pronta para arranque

A garantia é dada pela directora da Comunidade, Fernanda Marques, segundo a qual esse serviço, há muito aguardado, começa a funcionar em meados de Junho. Um espaço com todas as condições, tanto a nível de infra-estruturas quanto de recursos materiais e humanos para receber toxicod dependentes entre os 18 e 45 anos.

De fora ficam os toxicod dependentes menores de 18 anos, que já não são raros. Isto, de acordo com a nossa entrevistada, "porque o programa que temos na comunidade terapêutica exige muita responsabilidade e sabemos que as pessoas com menos de 18 anos não vão assumir certos aspectos que são necessários para o funcionamento do Centro".

Na escolha do público-alvo teve-se também em conta o facto de, conforme a secretária-executiva da Comissão de Combate à Droga, Cristina Andrade, "a maioria daqueles que pedem ajuda, nos serviços de saúde de todo o país, estar na faixa etária dos 18 aos 45 anos", segundo os dados disponíveis.

E é a esse público-alvo, com acesso limitado ao Centro por imposição do próprio espaço, que a equipa técnica, já preparada com estágio em um centro congénere em Portugal, quer oferecer um serviço de qualidade e que dê resultados. "Vamos abranger todas as áreas, no que diz respeito aos cuidados que um toxicod dependente deve ter", diz

Fernanda Marques.

Para tal o Centro conta com uma unidade de desabituação física da droga, um espaço de internamento para o tratamento psicológico - onde o doente vai estar durante nove meses -, e ainda actividades relacionadas com a reinserção. Esta é uma oferta a ser garantida por uma equipa composta por médicos, enfermeiros, psicólogos e monitores.

Sendo uma comunidade terapêutica, o Centro vai ser, durante o tempo necessário para o tratamento, o lar dos toxicod dependentes. A psicóloga e directora dessa entidade faz questão de destacar que só vai ser internado quem realmente quiser. Isto, realça, depois que "nos primeiros dois meses os residentes não têm qualquer acesso ao exterior, nem através de cartas, nem através de visitas ou telefonemas". A necessidade de isolamento na fase inicial do tratamento determina que os doentes tenham contacto apenas com quem trabalha no Centro.

Vista já como uma conquista importante numa realidade onde ainda não se sentia integração, nos serviços de saúde, do combate à toxicodependência, a abertura da Comunidade Terapêutica da Praia marca uma profunda viragem no tratamento dessa questão em Cabo Verde. É que, para a Comunidade funcionar, foi necessário dar formação a técnicos de todos os concelhos do país, para que possam fazer, por um lado, a

triagem dos casos passíveis de se integrarem na Comunidade e, por outro, providenciar a desabituação química dos toxicod dependentes nos próprios concelhos de residência.

Com essa conquista já em mãos, graças ao apoio da ONU, de Portugal e do Luxemburgo (sendo que este último país vai garantir os recursos financeiros para o funcionamento da Comunidade durante três anos), os técnicos ligados a essa iniciativa não querem por ora falar de um segundo passo, que seria uma segunda Comunidade em São Vicente.

Querem, primeiro, sedimentar o trabalho já iniciado com a formação dos técnicos e avaliarem o impacto da Comunidade, estruturada segundo modelos reconhecidos internacionalmente, no tratamento dos toxicod dependentes. Entretanto, com essa boa nova em mãos, a Secretária-Executiva da Comissão de Combate à Droga, Cristina Andrade, faz questão de destacar que, ao contrário do que pode parecer, não se inicia, agora, o tratamento dos toxicod dependentes.

"Tem-se feito muito trabalho nesta área de tratamento, é claro, com as condições que nós temos. Entretanto, a partir de agora, vai-se fazer com melhor qualidade, vamos ter uma comunidade de referência, com condições óptimas para reforçar a parte de tratamento e reinserção dos toxicod dependentes".

BRINCOLÂNDIA

Criatividade e lazer para a pequenada

De 1 a 15 de Junho, as instalações da FIC, na Lajinha, no Mindelo, transformam-se em palco da Brincolândia, um parque temático infantil programado de modo a proporcionar às crianças um espaço de lazer e criatividade. O projecto, que é uma ideia de um ex-emigrante, António Rosário, tem um carácter itinerante, devendo por isso durante as férias do Verão ser instalado em diversas áreas da ilha de São Vicente bem como no resto do país.

Professor de artes plásticas em Portugal há vários anos, António Rosário decidiu mudar-se para a terra natal a fim de, junto com a mulher e os dois filhos, implementar este projecto em que diz "acreditar plenamente", após ter feito "muito investimento financeiro e pessoal" - a Brincolândia. "Sempre que eu vinha de férias reparava que, excluindo a Praça Nova, as crianças de São Vicente e de Cabo Verde, em geral, não têm um lugar para divertirem-se. Por isso, decidi criar este parque temático infantil", conta Rosário.

Hoje, após dois anos de trabalho, ele e a sua equipa de colaboradores estão prontos para dar uma alegria aos meninos desta terra. Com uma estrutura feita de material insuflável e colorido, o parque temático infantil oferece às crianças jogos diversos (piscina de bolas, por exemplo), karaoke (com músicas infantis), actividades pedagógicas, criativas (reciclagem, culinária, artes dramáticas, música, artesanato) e lúdicas (como palhaços). Um trabalho que o ex-emigrante estará desenvolvendo com o apoio de equipas de animação e monitores nacionais, entre eles os elementos do grupo Pedra Rolada.

"O nosso plano é reservar o parque às escolas durante os dias úteis, e aos fins-de-semana abri-lo para o público em geral", afirma António Rosário, esperançoso de que a adesão será grande. O professor de artes plásticas está por isso aberto a convites de escolas, instituições que lidam com crianças, câmaras municipais, dentre outras instituições. Porque, garante, "adquirindo um bilhete, os pais proporcionam meia hora de diversão saudável aos filhos e ainda têm tempo para ir aos seus afazeres pois no parque o acesso é vedado aos adultos, e haverá monitores para cuidar das crianças".

TSF



NEM DROGA NEM SIDA. APOSTA NA VIDA